



[Resenhas]

Entre Acertos, Erros e Questões, o Pós-Operáismo Debate os Algoritmos e a Inteligência Artificial

PASQUINELLI, Matteo. *The Eye Of The Master: A Social History Of Artificial Intelligence*. London and New York: VERSO, 2023.

Felipe Fortes¹

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: lesubversifguy@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5445-2585>.

Resenha recebida em 29/05/2025 e aceita em 08/06/2025.



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



1. Preenchendo a Lacuna Algorítmica no Debate Pós-Operaísta

É inegável que das correntes do pensamento que surgiram a partir da experiência radical das lutas nos anos 70, o operaísmo italiano e seu desdobramento no chamado pós-operaísmo moldaram metodologias e conceitos que desenvolveram em complexidade as relações e transformações entre subjetividade, tecnologia e trabalho no contexto do capitalismo contemporâneo¹. Conceitos inéditos como trabalho imaterial, capitalismo cognitivo ou mesmo a reapropriação e uso original do *General Intellect* marxiano, são exemplos que não esgotaram, mas disputaram uma espécie de cena intelectual, capaz de dialogar criticamente tanto com as análises tecno-otimistas futuristas — que hoje percorrem a *Silicon Valley* — quanto com o tecno-pessimismo oriundo da crítica da técnica, seja heideggeriana, seja frankfurtiana. Ao antecipar tendências, o pós-operaísmo contribuiu para a construção de conhecimento sobre a “sociedade da informação” e abriu espaço para sua crítica como um novo *status quo*, seja a partir de debates sobre a natureza do valor, por exemplo, ou mesmo sobre as transformações da produção, circulação, direitos e cognição abrindo franjas de resistência na “era digital”. No entanto, os últimos dez anos revelam não apenas uma crise política, mas também um desafio epistêmico para o pensamento pós-operaísta, que, mesmo ao teorizar um capitalismo que se define pela dinâmica da socialização digital e em rede, deixou de abordar de forma abrangente a aceleração algorítmica intrínseca ao capitalismo contemporâneo e, com ela, a emergência da inteligência artificial como um fenômeno problemático e concreto. Essa omissão ressalta a necessidade de repensar os pressupostos teóricos que, embora tenham sido fundamentais para a compreensão das relações de poder e da organização do trabalho pós-anos 70, parecem insuficientes para explicar os impactos disruptivos das tecnologias, no pós-pandemia, na reconfiguração das relações sociais e econômicas.

É preenchendo essa lacuna que o livro de Matteo Pasquinelli, *The Eye of the Master: A Social History of Artificial Intelligence* (2023), se insere, recuperando e buscando atualizar a metodologia pós-operaísta por meio de uma discussão genealógica e crítica da inteligência artificial. Sua abordagem se concentra essencialmente na relação entre a base técnica dos algoritmos e da IA, e a “vida” que dá forma, desde baixo, à

¹Sobre uma apresentação do operaísmo e do pós-operaísmo: (MEZZADRA, 2014).



infraestrutura social, que Pasquinelli, seguindo os operaístas, encontra na potência subjetiva da cooperação social do trabalho.

2. As Teses de Pasquinelli: A Evolução dos Algoritmos e a Captura da Inteligência Coletiva.

Estruturado em duas partes — “Era Industrial” e “Era da Informação” — o livro constrói, minuciosa e pacientemente, a tese de que: 1) os algoritmos são sociais antes de serem formais e automáticos; 2) O desenvolvimento dos algoritmos se dá progressivamente: a) do *sociocultural*, enraizado em práticas sociais e rituais milenares, como o ritual védico do Agnicayana, no qual um conjunto de regras geométricas e sequências de instruções transmitidas oralmente orienta a construção de um altar. Esse ritual, que se estende por doze dias e exige a disposição de tijolos segundo padrões específicos, ilustra como práticas culturais e sociais estruturam comportamentos e decisões coletivas, funcionando, assim, como “algoritmos” antes mesmo da formalização matemática; b) aos *formais-técnicos*, presentes na história da matemática e definidos por sequências precisas e lógicas de operações matemáticas — os “algoritmos propriamente ditos” — cujo objetivo é resolver problemas específicos, como o cálculo de tabelas matemáticas, transformando conhecimento empírico em procedimentos formais e rigorosos; c) aos *automáticos-digitais*, como as redes neurais artificiais empregadas em sistemas de inteligência artificial. Um exemplo é o sistema de recomendação de plataformas de streaming, que coleta e processa dados sobre hábitos de consumo dos usuários, utilizando aprendizado de máquina para identificar padrões e sugerir conteúdos personalizados em tempo real. Esse mecanismo, operando de forma autônoma e se ajustando continuamente às interações dos usuários, exemplifica como algoritmos digitais transformam grandes volumes de dados em experiências personalizadas sem intervenção humana direta; 3) da mecanização à automação, desdobra-se o principal elemento crítico da tese de Pasquinelli: *a captura da inteligência coletiva e dos processos de trabalho pela lógica algorítmica automatizada da inteligência artificial*. À medida que os algoritmos “evoluem”, não somente reproduzem os processos laborais, mas também estruturam e organizam hierarquicamente, a partir da divisão social do trabalho e da



automação, um poder de comando sobre a cooperação social que gera e movimenta o conhecimento.

Por exemplo, na análise do capitalismo industrial, Pasquinelli identifica, na mecanização do cálculo pelas máquinas de Charles Babbage, não apenas uma tentativa de imitação da inteligência coletiva, mas também uma estratégia de controle sobre o emergente movimento operário, operando diretamente na divisão e hierarquização do trabalho. Ao projetar a *Difference Engine*, Babbage buscava demonstrar como os cálculos, antes fruto da cooperação e da experiência compartilhada de diversos “computadores” humanos, podiam ser sistematizados em uma máquina capaz de realizar operações de forma exata e eficiente, eliminando erros. Essa transformação evidencia duas dimensões fundamentais: mais do que aumentar a eficiência produtiva, a mecanização e a divisão do trabalho, ao reduzirem o cálculo a um procedimento repetitivo e automatizado, capturam — ainda que de forma ambígua — a inteligência coletiva que historicamente emergia da cooperação entre operadores-calculadores humanos. Assim, ao converter o processo de cálculo que envolvia não apenas conhecimento técnico, mas também criatividade e intuição em um procedimento padronizado e controlado, ocorre a tendência de transformar a riqueza do conhecimento social em um processo automatizado, onde a subjetividade do trabalho humano é suprimida.

Pasquinelli também explora a cibernética, essencial para o desenvolvimento posterior das redes neurais artificiais do conexionismo, e destaca como ela enfatiza a questão do controle. Os mecanismos de feedback, centrais na cibernética, operam para regular e disciplinar sistemas, sejam eles biológicos ou artificiais. Esses sistemas utilizam ciclos de retroalimentação para monitorar e ajustar seu próprio desempenho, garantindo a estabilidade e impondo padrões preestabelecidos. A cibernética, que serviu de modelo ao conexionismo da inteligência artificial, fundamenta, para Pasquinelli, a extração de conhecimento sobre a inteligência coletiva e sua dinâmica transformada em uma lógica regulada e previsível. Argumento semelhante é usado quando Pasquinelli analisa o Perceptron de Frank Rosenblatt e sua concepção mecânica da inteligência como reconhecimento de padrões, e também a teoria “conexionista” da mente de Hayek que, espelhada no funcionamento “ideológico” do mercado neoliberal, teria influenciado diretamente os principais teóricos da inteligência artificial.

Essas duas perspectivas algorítmicas — mecanização e automação — analisadas por Pasquinelli ressaltam que a inteligência coletiva, oriunda da prática e da interação



humanas, é sistematicamente capturada e transformada, tornando-se parte dos mecanismos que estruturam o valor e a produção no capitalismo contemporâneo.

É levando em conta essa posição que Matteo Pasquinelli argumenta que as redes neurais artificiais (RNAs) *não são biomórficas*, ou seja, não imitam diretamente a estrutura biológica do cérebro humano, mas são redes *topológicas*, o que significa que sua organização e funcionamento são definidos mais por relações matemáticas, estruturais e estatísticas, com uma base infinita de dados — o *Big Data* — do que por uma tentativa de replicação fiel da biologia do cérebro. Isso implica que apesar do nome “rede neural”, as RNAs não reproduzem a complexidade dos neurônios biológicos. Elas são modeladas com base em princípios estatísticos e topológicos, e não em processos neurofisiológicos detalhados. Essa arquitetura topológica é ajustada por meio de algoritmos e processos de otimização, sem um equivalente direto na biologia. Deste modo, Pasquinelli enfatiza que o desenvolvimento das redes neurais tem mais a ver com a história da cibernética e da matemática aplicada do que com a neurociência. O aprendizado de máquina opera em um espaço abstrato de pesos, medidas, valores e conexões, manipulados para otimizar funções matemáticas específicas, sem qualquer compromisso com uma simulação fiel do cérebro humano. Desse modo, a IA é um projeto para capturar o conhecimento expresso por comportamentos individuais e coletivos e codificá-lo em modelos algorítmicos, a fim de automatizar as mais diversas tarefas: do reconhecimento de imagens e manipulação de objetos à tradução de idiomas e tomada de decisões. É nesse sentido que Pasquinelli defende que a inteligência artificial é a tentativa de comando “auto-organizado” da própria informação que transpira através do corpo social.

Podemos, no entanto, nos perguntar: se a história social da evolução dos algoritmos acaba por produzir — na forma do algoritmo automático que tem a inteligência artificial como sua principal expressão — uma pura e simples extração do conhecimento, portanto, uma forma de dominação, não seria essa história, a projeção de uma teleologia da dominação da inteligência coletiva pela técnica? Essa questão nos permite dialogar criticamente com o livro e com as teses de Pasquinelli nos próximos tópicos.



3. Os Limites do Debate Biopolítico e a Necessidade de um Ponto de Vista Noopolítico Sobre a Algorítmica e a Inteligência Artificial.

O argumento de Pasquinelli é problemático: sua historiografia da Inteligência Artificial trata o desenvolvimento da ciência algorítmica por um ponto de vista único, macro: o da extração, desde cima, do conhecimento. Em particular, isso é visível quando Pasquinelli debate o problema do cérebro e do funcionamento da mente humana. Para o autor, a ciência algorítmica contemporânea, oriunda da cibernética, da matemática, da mecânica, da economia neoliberal, etc., nada mais fez do que, operando por infinitas analogias tecnológicas, produzir uma imagem falsificada do funcionamento do cérebro humano para melhor poder capturar sua inteligência. No entanto, essa afirmação pode ser facilmente disputada, dado que o campo da neurociência e da inteligência artificial tem polinizado um ao outro². Que toda ciência desenvolva e reproduza ideologias não significa, do mesmo modo, que ela não produza conhecimento. Portanto, não se trata apenas de uma batalha ideológica, mas uma propriamente epistemológica e material.

O que enfraquece mais o argumento de Pasquinelli é que ele não tem uma definição de cérebro, mente e pensamento, o que, por fim, prejudica seu entendimento sobre a própria inteligência coletiva do trabalho, que é o ponto do qual parte seu livro. Desse modo, Pasquinelli reproduz um desinteresse do operaísmo e do pós-operaísmo por uma composição que não seja apenas técnica, política e afetiva da subjetividade. No entanto, enquanto eles estavam justificados em seu recorte, Pasquinelli, ao tratar especificamente do cérebro, não pode negligenciar a neurociência. Pior ainda é que sua definição de cérebro — ausente — torna-se uma espécie de caixa-preta ou um númeno kantiano, insondável, incognoscível, que a ciência apenas mistifica.

A fonte do conhecimento que mobiliza o trabalho humano, portanto, permanece, em si um elemento de ininteligibilidade, que a ciência cibernética, algorítmica, matemática, apenas falsifica, em uma aproximação por infinitas analogias que, no final das contas, somente reproduz um poder de comando sobre o trabalho. Se queremos refundar uma imagem do cérebro, da mente e da cognição baseada em uma cooperação social do cérebro que mobiliza o trabalho, então essa imagem do cérebro-mente como uma caixa-preta que se socializa misteriosamente pelo trabalho vivo não é suficiente.

²É o caso, por exemplo, de algoritmos que vem sendo usados para a detecção precoce de distúrbios neurológicos graves, aprimorando interfaces cérebro-computador e impulsionando a medicina personalizada, abrindo caminhos para tratamentos neurológicos mais precisos e adaptativos (ONCIUL, et al, 2025).



Por fim, politicamente, o que Pasquinelli parece sustentar é o velho maniqueísmo negriano do biopoder e da biopolítica³, por mais que, em seu livro, os elementos do biopoder sejam muito mais visíveis e a biopolítica algorítmica seja apenas aludida — pela cooperação social do trabalho —, mas nunca desenvolvida em termos algorítmicos, ou seja, posta em termos de como resistir e lutar no campo algorítmico.

Em nossa perspectiva, para responder a essa questão, o paradigma do biopoder e da biopolítica é ineficaz. Mas é possível, apropriando-se da ciência contemporânea, investigar a lacuna no livro de Pasquinelli. Hoje, com os desenvolvimentos combinados da neurociência, antropologia e sociologia, podemos entender que o cérebro é menos essa caixa-preta numênica do que um órgão bastante palpável em sua plasticidade, tanto fisicamente quanto socialmente — o que, portanto, curto-circuita a tese de Pasquinelli de uma simples extração externa do conhecimento.

O ponto não é tanto demonstrar que as redes neurais artificiais não possuem equivalentes biológicos ao cérebro, mas entender sua bricolagem entre o biomórfico e o topológico: quando falamos em redes neurais artificiais, também estamos falando de uma hibridização entre as redes neurais cerebrais e as redes neurais artificiais. Portanto, estamos falando de redes simultaneamente sociais e biológicas, tanto orgânicas quanto artificiais.

Por essa razão, defendemos que a biopolítica e o poder — a disputa pelo controle dos corpos — sempre foram também uma noopolítica e um noopoder — um controle do cérebro e das mentes, uma guerra cognitiva —, fenômeno que se intensificou com a aceleração algorítmica, a emergência das Big Tech como atores políticos fortes, a batalha pela regulação das redes, a plataformação da experiência e a cristalização dos dados⁴.

Nesse contexto, a noopolítica é a luta pela noosfera, esse novo *nomos* da Terra no qual a batalha pela regulação das redes, entre Estados soberanos e as Big Tech, tem sido a principal expressão. O problema da abordagem biopolítica de Pasquinelli é que ela torna o cérebro — e, portanto, a inteligência coletiva — incognoscível, mas, ao mesmo tempo, capturável por poderes transcendentais que, paradoxalmente, são completamente capazes de codificar sua complexidade. Desse modo, essa impenetrabilidade quase religiosa transforma-se em um segredo que apenas a ciência da Big Tech consegue capturar. Essa perspectiva, portanto, acaba servindo apenas para

³Sobre o biopoder e a biopolítica, conferir (NEGRI, 2008).

⁴Sobre as noções de noopolítica, noosfera e noopoder, conferir (DAVID RONFELDT, JOHN ARQUILLA, 2020).



evitar investigações concretas sobre o impacto das tecnologias e estruturas sociais na cognição. O fato é que a própria interação do cérebro com os algoritmos e sistemas de informação é uma prova de sua natureza social, e as plataformas digitais moldam a cognição, demonstrando que o cérebro não é um sistema isolado, mas algo que pode ser programado e condicionado por fatores externos. Portanto, manter uma interiorização absoluta do cérebro e uma exteriorização absoluta da potência da cooperação social é inadmissível. Um ponto de vista noopolítico, portanto, mantém uma coerência entre a externalização do trabalho e da cooperação social e o cérebro como órgão que se externaliza socialmente.

Pasquinelli enfatiza que a IA, ao imitar a inteligência biológica — em uma falsificação matemática e estatística de como funciona o cérebro —, acaba por capturar a inteligência coletiva expressa no trabalho e nas relações sociais. No entanto, ao traçar essa separação entre o biomórfico e o topológico, ele parece ignorar a ambiguidade política fundamental tanto da inteligência quanto do cérebro humano: ele é, ao mesmo tempo, um órgão físico-químico e um produto social. Se o cérebro se externaliza em todas as relações, sejam elas de cooperação ou de captura dessa inteligência, e Pasquinelli admite que a imitação “ideológica” esconde a materialidade da divisão do trabalho, por que não admitir que essa reorganização da inteligência pode e deve ser disputada e, portanto, é um processo político aberto? Além disso, não seria a inteligência artificial uma forma de inteligência coletiva — mesmo com vieses —, ou mesmo uma artificialização, e, portanto, uma expressão do cérebro social como artificialização, ou mesmo como simulação? O que uma atualização do método pós-operaísta deve manter são as possibilidades de potencialização da inteligência coletiva.

Para além da extração de valor e da codificação algorítmica, há um aspecto de transformação — que já estamos vendo — e amplificação — que devemos disputar — dessa inteligência coletiva em novas escalas e formatos. Isso poderia levar ao debate que levantamos, frequentemente aludido, mas nunca realizado por Pasquinelli: a IA é realmente *apenas* um mecanismo de controle e captura da inteligência do trabalho, ou também pode ser vista como um dispositivo que realimenta e reorganiza essa inteligência coletiva em novas formas de conhecimento e cooperação? Se a segunda hipótese for válida, há espaço para pensar a IA não somente como uma tecnologia de exploração, mas também como um novo campo de disputa noopolítica e luta algorítmica sobre como a inteligência coletiva é formada e distribuída.



4. A Inteligência Artificial Como Simulacro do *General Intellect*: Entre a Mecanização, a Automação e a Maquinização da Inteligência Coletiva.

Há, em nossa leitura, um elemento que não é nada óbvio na historiografia social da Inteligência Artificial proposta por Pasquinelli: mesmo que a algoritmização e, posteriormente, a IA surjam dessa tentativa de mecanização e controle, nada garante que o seu resultado, ou seja, os sentidos da própria luta algorítmica, seja a perpetuação completa desse controle. Para além da mecanização e da automatização dos algoritmos sociais em relação ao conhecimento coletivo, defendemos que existe também uma *maquinização* que aponta para um ponto de vista aberto, tornando esse processo muito menos linear e determinado. Por *maquinização*, entendemos que a inteligência não é apenas capturada, mas também transformada pela algoritmização — para o bem ou para o mal —, e que os sentidos políticos desse processo estão abertos e devem ser disputados. O fato de a IA ter se originado da imitação não significa que esse processo de algoritmização não se transforme — ou não possa se transformar — em algo completamente diferente, até porque ele incide sobre a organização do trabalho e, portanto, da cognição, como bem mostrado por Pasquinelli.

A crítica de Deleuze à mimese pode nos ajudar a pensar esse processo de modo *diferente*⁵. Ao propor a reabilitação da mimese, Deleuze busca uma inversão radical da hierarquia platônica entre modelo e imitação. Para Platão, enquanto a cópia legítima (*ícone*) mantém uma relação de semelhança com o modelo original, o simulacro (*fantasma*), como cópia degradada, seria uma distorção, uma falsificação do real. O simulacro, para Platão, ameaça a ordem do pensamento porque dissolve a distinção entre verdadeiro e falso, entre essência e aparência. Deleuze, ao contrário, reabilita o simulacro, afirmando que ele não é uma cópia degradada, mas sim uma potência criativa de diferenciação do real. O simulacro não é definido pela semelhança com um modelo, mas por sua capacidade de produzir novas diferenças. Em vez de ser um reflexo ou uma deformação de um original, ele produz novas realidades sem depender de um arquétipo fixo, sendo, portanto, uma força produtiva da própria diferença.

Isso tem implicações profundas na maneira como pensamos a tecnologia, a inteligência artificial e a artificialização do conhecimento. Poderíamos dizer, por exemplo, que, ainda que a IA seja treinada a partir de padrões extraídos da inteligência coletiva e

⁵Conferir (DELEUZE, 1969).



do trabalho social, ela não é uma mera reprodução desses padrões; ao contrário, é exatamente por não ser como o cérebro — mas sim um sistema algorítmico capaz de operar, intensificar e desenvolver outras lógicas — que a inteligência artificial tem a potência de transformá-lo. Afinal, não é pela mimese do cérebro, mas pela potência do cálculo que as IAs, como simulacro do cérebro e do *General Intellect*, têm se desenvolvido. Como isso transforma a inteligência coletiva e é reapropriada por ela é o que nos interessa por um ponto de vista noopolítico. Ao reorganizar, intensificar e transformar esses processos cognitivos, o simulacro do *General Intellect* produz novas lógicas e estruturas que não estavam presentes no seu “modelo original”. Assim, quando Pasquinelli descreve a IA como uma tentativa de imitação da práxis humana — um simulacro da inteligência humana que a captura — podemos questionar: essa imitação, captura, artificialização e simulação, não gera algo qualitativamente novo? O simulacro algorítmico da inteligência coletiva não seria, de fato, uma produção de diferença, e não apenas uma reprodução? Apropriando-nos da crítica deleuzeana, podemos pensar a IA não como um mero espelho do trabalho na sociedade, mas como um dispositivo que o reconfigura, muitas vezes de maneiras imprevisíveis.

Esse argumento desloca o problema da IA da simples captura e imitação visando o controle social, para uma questão mais profunda: a emergência do novo a partir da simulação e da algoritmização da inteligência coletiva. Passamos, assim, da mecanização e da automação (que, sem dúvida, fazem parte desse processo) para uma *maquinização* do real: se a IA se origina da imitação dos diagramas do trabalho e da práxis social, isso não significa que ela permaneça apenas como um reflexo dessas estruturas, até porque a própria estrutura sobre a qual ela se assenta — o trabalho humano — também se transforma. Pelo contrário, seguindo a crítica deleuzeana ao simulacro platônico, podemos dizer que a IA não é uma mera cópia mecânica ou automática da inteligência coletiva, mas um simulacro maquínico que a reconfigura, introduzindo novas relações, novos ritmos e novas formas de organização do conhecimento, *maquinizando* essa inteligência. E se essa maquinização será para o bem ou para o mal, é algo que apenas as lutas algorítmicas poderão nos responder. A IA, portanto, não apenas repete a estrutura do trabalho social: ela a dobra, a reorganiza, maquinizando-a e, potencialmente, transformando-a em algo que escapa à sua própria origem.

Essa leitura abre espaço para um debate crítico: até que ponto a IA é um vetor de controle e homogeneização, e até que ponto ela permite a emergência de novas formas



de inteligência e cooperação social? Em outras palavras, se a IA não é apenas uma cópia do trabalho, mas um simulacro que, como diferença, se propaga, qual é o seu potencial de transformação do conhecimento coletivo? E aqui, sem maniqueísmo: a transformação pode ser politicamente ruim para nós, agentes coletivos do conhecimento, assim como pode ser positiva. É por isso que a política vem primeiro, a resistência vem sempre primeiro, porque é a partir dela que essas tendências tomam uma forma x ou y. Como afirmava Mario Tronti, a tecnologia é o próprio campo de luta; ela não é um prêmio para quem a vence⁶.

Por isso, afirmamos, opostamente a Pasquinelli, que, em relação à IA, o paradigma da extração deve ser complementado pelo da simulação; e, nesse sentido, reafirmamos que a IA é um simulacro do próprio *General Intellect*. Ao subverter o modelo original, como diferença ao modelo, ela se torna a própria figura mais radical do modelo: aquilo que a desloca — o simulacro. Se essa simulação produz um *General Intellect* maquínico, no limiar do pós-humano, é uma questão em aberto. Mas, para além da mecanização e da automação, a simulação nos aparece como uma força de *maquinização* do conhecimento — sobre o qual ainda sabemos muito pouco. E isso, por si só, já é um sintoma da transformação da nossa inteligência coletiva. Estamos ainda na infância da Inteligência Artificial; e por isso mesmo é essencial deslocar o debate do campo da pura extração e inseri-lo em um processo mais dinâmico e imanente de reconfiguração da inteligência coletiva, reafirmando assim seu sentido político.

Portanto, em vez de ver a IA como um dispositivo externo que simplesmente extrai e codifica o conhecimento social, parece mais adequado compreendê-la como um prolongamento, uma expressão desse próprio conhecimento em novas formas técnicas. Isso ressoa com a ideia de que a cognição é sempre social e distribuída, e que o cérebro não é uma entidade isolada, mas um órgão social. Assim, a IA tanto pode potencializar a inteligência coletiva quanto configurá-la para torná-la funcional às *Big Techs*, por exemplo. Por fim, essa abordagem desloca a crítica da IA do campo da simples extração e controle para um debate político sobre sua capacidade de reorganização e produção do conhecimento. Nesse sentido, a IA não pode ser vista apenas como uma ferramenta de domínio, mas também como um espaço de resistência e possibilidade para novas formas de inteligência. Se estamos na infância da IA, ainda não é tarde para pavimentar caminhos alternativos.

⁶Conferir (TRONTI, 1966).



Referências bibliográficas

DELEUZE, Gilles. Logique du sens. Paris: Éditions de Minuit, 1969.

MEZZADRA, Sandro. Operaísmo e pós-operaísmo. Lugar Comum: estudos de mídia, cultura e democracia. Número 42, p. 85-92, 2014.

NEGRI, Antonio. The Labour of the Multitude and the Fabric of Bipolitics. Mediations: Journal of the Marxist Literary Group. Volume 23, número 2, primavera, p. 9-26, 2008.

ONCIUL, Razvan, TATARU, Catalina-Ioana, DUMITRU, Adrian Vasile, CRIVOI, Carla, SERBAN, Matei, COVACHE-BUSUIOC, Razvan-Adrian, RUDOI, Mugurel Petrinel, TOADER, Corneliu. Artificial Intelligence and Neuroscience: Transformative Synergies in Brain Research and Clinical Applications. Journal of Clinical Medicine. 14(2), 55, p.1-45, Janeiro de 2025.

PASQUINELLI, Matteo. The Eye Of The Master: A Social History Of Artificial Inteligence. London and New York: VERSO, 2023.

RONFELDT, David, ARQUILLA, John. Whose Story Wins: Rise of The Noosphere, Noopolitik, And Information-Age Statecraft. RAND Corporation, Santa Monica, Calif, 2020.

TRONTI, Mario. Operai e capitale. Torino: Einaudi, 1966.



Sobre o autor

Felipe Fortes é Doutor em Filosofia. É pesquisador de pós-doutorado pelo Programa Pós-Graduação de Comunicação e Cultura da UFRJ, com bolsa da FAPERJ. É membro dos grupos de pesquisa Laboratório Território e Comunicação (LABTeC) e da Rede Universidade Nômade. Com Giuseppe Cocco, ministra a Cátedra “Aceleração Algorítmica, Democracia e Trabalho” pelo Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ (CBAE).

Créditos de autoria

O autor é o único responsável pela resenha.

Declaração sobre conflito de interesses

Não há possíveis conflitos de interesse na realização e comunicação da pesquisa.

Informações sobre financiamento

Esta pesquisa foi realizada com financiamento da FAPERJ - bolsa de pós-doutorado nota 10.

Declaração de Disponibilidade de Dados

A disponibilidade de dados não se aplica a este artigo, pois nenhum dado/novo dado foi criado ou analisado neste estudo.

Declaração sobre o Uso de Inteligência Artificial

Não foi utilizada ferramenta de IA no desenvolvimento deste trabalho.

Editoras Responsáveis pela Avaliação e Editoração

Carolina Alves Vestena e Bruna Bataglia.

